

Os últimos dados divulgados pela Previdência Social não deixam mais dúvidas: o crescimento da receita de contribuições, que vinha sustentando a arrecadação federal, é decrescente de todas formas que se analise. O aumento da arrecadação das contribuições foi de 6,2% em janeiro, em comparação com janeiro de 2008, e de apenas 3% em julho, frente ao mesmo mês do ano anterior. A taxa de crescimento reduziu-se de 6,2% para 4,7% no acumulado do ano até julho, diante de igual período de 2008, e caiu de 10,3% para 6,6% no acumulado de 12 meses. Julho caracterizou-se, assim, por registrar a menor variação real mensal dos últimos 60 meses.

Manter uma taxa de crescimento real diante das demais receitas com impostos e contribuições, que tiveram retração durante todos os meses do ano por causa da crise global, ainda é um bom desempenho para a Previdência. Mas a compensação que ela estava patrocinando para a política fiscal começa a fraquejar. Para não complicar a quadra das finanças públicas no curto prazo, será muito importante a recuperação das receitas dos tributos tradicionais.

Esses, porém, ainda não reagiram. Dados divulgados ontem pela Receita Federal mostram que as demais receitas administradas, ao contrário das contribuições previdenciárias, continuaram caindo em julho. Nos sete meses do ano elas somaram R\$ 260,83 bilhões, queda de quase R\$ 16 bilhões sobre o mesmo período de 2008. Já as contribuições à Previdência, no mesmo período, totalizaram R\$ 107,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 10,7 bilhões sobre o acumulado de 2008. Assim, a preços de julho, houve uma retração de 10,53% nas receitas administradas e crescimento de 5,42% nas da Previdência Social (na mesma base de comparação). No seu conjunto, as receitas caíram 6,39% .

A arrecadação da Previdência assumiu grande importância nas receitas totais, respondendo hoje por 30% da arrecadação administrada pelo Fisco. A avaliação do recolhimento das contribuições por setores da economia pode dar uma pista sobre as razões do crescimento decrescente.

Em julho, a receita da Previdência somou R\$ 14,29 bilhões, ou R\$ 1,06 bilhão a mais do que em julho de 2008, em valores nominais. O que mais contribuiu para esse aumento, individualmente, foi o "ignorado", que explica 28% do acréscimo da arrecadação. São recursos vindos das cobranças de dívidas e outras receitas atípicas, com as quais não se pode contar todo mês.

Em seguida está o setor de serviços, cuja abertura mostra que as principais participações vieram dos seguintes segmentos: 18% do aumento de receita decorreu de serviços prestados pelas empresas, 10% são recursos vindos da própria administração pública, e outros 10% arrecadados da área de construção, em boa parte movimentada por obras do governo. O varejo respondeu por 7%.

A indústria de transformação vem perdendo terreno desde o agravamento da crise financeira internacional, no segundo semestre do ano passado. Em julho as contribuições vindas dos empregos no setor caíram 5% reais em comparação a julho de 2008.

O economista José Roberto Afonso, especialista em contas públicas, mostra em um estudo feito para a Comissão de Crise do Senado, que a contribuição previdenciária "mudou de forma rápida e expressiva nos últimos tempos". Primeiro ele fez um trabalho mostrando que boa parte do crescimento das contribuições previdenciárias vem do próprio governo, que, nas três esferas (União, Estados e municípios), fez contratações de trabalhadores celetistas que geraram pagamento à seguridade social.

Na segunda parte do estudo, concluída recentemente, ele avalia as alterações que estão ocorrendo no perfil das contribuições. "A massa salarial não explica toda a contribuição e novas bases de incidência passam a ocupar espaço crescente - desde o faturamento bruto das microempresas até as comissões dos cargos ocupados em órgãos públicos", constata. "A composição setorial também mudou sensivelmente, refletindo a maior presença dos serviços. É muito baixo o peso da indústria de transformação, que hoje responde por menos de um quarto do total recolhido."

Para ele, os dados de julho "acenderam um sinal vermelho". Além de ser inegável o processo de desaceleração do crescimento da receita previdenciária, a sua expansão recente é muito dependente de receitas atípicas (que os dados oficiais chamam de "ignorado") e de um único grande empregador, que é o governo. "Ou seja, uma parcela importante da receita é contrapartida de despesa do próprio governo - o que não permite maiores comemorações", avalia José Roberto.

¹ Claudia Safatle é diretora de redação adjunta e escreve às sextas-feiras

A partir da análise setorial, ele sugere que a eventual desoneração da folha de pagamentos das empresas do peso das contribuições previdenciárias seja feita de forma seletiva. "Não há porque fazer uma redução linear sendo o governo o setor mais beneficiado", diz. A desoneração, se vier, deveria se concentrar nos segmentos da indústria com maior perda de competitividade, como calçados, têxtil e vestuário.

A própria desoneração acenada pelo governo para 2010, contudo, pode ficar comprometida caso não haja uma substancial e rápida reação da arrecadação de impostos.